Aos dez dias do mês de junho de dois mil e dezenove, reúne-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da segunda Reunião Ordinária do sexto Período da terceira Sessão Legislativa, sob a presidência do Vereador Marcelo Rodrigues de Freitas, que com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos. O Presidente determina que se faça a chamada, observando a presença de todos os Vereadores. Em seguida são colocadas em discussão e votação as atas das Reuniões Ordinária dos dias 20 e 27 de maio e 03 de junho de 2019, bem como da Audiência Pública do dia 03 de junho de 2019, sendo as mesmas aprovadas e assinadas pelos edis presente. O Presidente passa a palavra ao Assessor Municipal de Contabilidade e Finanças Luiz Roberto Goncalves de Figueiredo Filho, que após cumprimentar a todos, procede com apresentação de prestação de contas do Poder Executivo Municipal, referente ao ano de 2018 e ao 1º quadrimestre de 2019; explica que a apresentação tem por objetivo dar ciência da arrecadação, despesas e aplicações de recursos nos setores de saúde, educação e FUNDEB; informa os valores repassados à Câmara Municipal, o panorama da situação financeira do Município; demonstra o comparativo de arrecadação da receita liquida, a evolução da receita com relação ao 1º quadrimestre do ano 2019, com relação ao mesmo período do ano de 2018; cita a instrução normativa n° 01/2019 do Tribunal de Contas de Minas Gerais, justificando o aumento de índices de despesas de pessoal, explicando que os servidores inativos e pensionistas, passam a fazer parte do percentual que compõe a folha de pagamento, afirma que o Poder Executivo Municipal não teve tempo de se programar para a mudança; apresenta o comparativo da despesa com pessoal; informa que o valor total da dívida do Estado de Minas Gerais com o Município de Lima Duarte, referente ao ano de 2018 é R$ 9.454.340,51 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos) e referente ao ano de 2019 o valor é R$ 524.862,66 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos); afirma que existe um acordo inicial de pagamento por parte do Governo Estadual, no qual não serão pagos os valores de R$ 6.647.814,54 (seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos) referente à saúde e R$ 115.445,00 (cento e quinze mil, quatrocentos e quarenta cinco reais) referente à Assistência Social, sendo pagos os valores de: R$ 162.208,08 (cento e sessenta e dois mil, duzentos e oito reais e oito centavos), em três parcelas, referente a IPVA e ICMS, R$ 167.526,40 (cento e sessenta e sente mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta centavos), em trinta parcelas, referente ao FUNDEB e ICMS, R$ 8.280,00 (oito mil, duzentos e oitenta reais), em dez parcelas, referente ao transporte escolar; finaliza solicitando marcação de data, no mês de setembro, para apresentação da prestação de contas do 2º quadrimestre do ano de 2019. O Vereador Mário Carvalho Delgado Júnior, após cumprimentar a todos, destaca a importância de explicar que atualmente há impossibilidade de reajustes salariais, em especial dos motoristas que estão com seus salários defasados. O Assessor Municipal de Contabilidade e Finanças Luiz Roberto Goncalves de Figueiredo Filho esclarece que o Prefeito Municipal optou por dar somente os reajustes previstos por lei, para evitar futuras demissões, já que o atual cenário financeiro é muito complicado. O Vereador Mário Carvalho Delgado Júnior afirma que a apresentação da prestação de contas é importante, pois é feita uma exposição financeira técnica, deixando bem claro que independente do caixa da Prefeitura é impossível conceder reajustes. O Vereador João Batista de Moura Júnior afirma não conseguir compreender os motivos que levaram ao crescimento da dívida do Estado de Minas Gerais com os Municípios. O Assessor Municipal de Contabilidade e Finanças Luiz Roberto Goncalves de Figueiredo Filho afirma que houve uma apropriação indevida de recursos e que os bancos foram orientados a repassar aos Municípios apenas os valores determinados pelo Estado. O Vereador João Batista de Moura Júnior questiona onde seriam usados os recursos referentes ao setor da saúde, ainda não repassados pelo Governo do Estado. O Assessor Municipal de Contabilidade e Finanças Luiz Roberto Goncalves de Figueiredo Filho informa que os valores seriam investidos na aquisição de equipamentos, na reforma de unidades de saúde e na conclusão da reforma da Santa Casa de Misericórdia. O Presidente destaca que 50 % do valor em débito é referente a obra de reforma da Santa Casa de Misericórdia. O Vereador Fábio Pereira Vieira sugere reajuste salarial para servidores que recebem um salário mínimo e ainda sofrem descontos referentes a contribuição com INSS, por exemplo. O Assessor Municipal de Contabilidade e Finanças Luiz Roberto Goncalves de Figueiredo Filho afirma que para seguir tal sugestão é necessário que a receita municipal melhore muito e informa que a dívida com a CEMIG chega a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O Vereador Rogério Ferreira dos Santos afirma que se nada for resolvido ainda neste ano, no próximo devido as eleições nada será feito; sugere que o Poder Executivo Municipal faça o máximo de economia possível, se tratando de despesas com alugueis, aproveitando os imóveis de propriedade do Município. O Assessor Municipal de Contabilidade e Finanças Luiz Roberto Goncalves de Figueiredo Filho agradece a todos pela atenção. O Presidente informa que por se tratar de uma sessão especial para apresentação da prestação de contas municipal, *“conforme o art. n° 83 do Regimento Interno: “serão convocados com a finalidade de ouvir titulares dos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município e autoridades ligadas a administração pública”,* que a palavra não é aberta a plateia*.* Iniciando o Pequeno Expediente é feita leitura de expedientes recebidos da Prefeitura Municipal e diversos: ofício n° 116/2019 encaminhado pelo Prefeito Municipal, solicitando a indicação de dois membros desta Casa Legislativa, para compor o Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos; ofício n° 0412/2019 encaminhado pela Gerência Executiva da Caixa Econômica Federal, informando a existência de “crédito de recursos financeiros sob bloqueio, em 06/06/2019, no valor de R$ 46.312,50 (quarenta e seis mil e trezentos e doze reais e cinquenta centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse n° 818695/2015 – Operação 1024292-10, firmado com o Município de Lima Duarte, assinado em 03/12/2015, no âmbito do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, sob gestão do Ministério do Esporte, que tem por objeto “Reforma de Campo de Futebol Municipal”. Seguindo são feitas publicações: Projeto de Lei Complementar n° 01/2019 que “Altera a Lei Municipal n° 1.212/2004, que Dispõe sobre a estrutura de organização, plano de cargos e salários do Departamento Municipal de Água e Esgoto, no que menciona.”; Projeto de Lei Ordinária n° 13/2019 que “Altera o art. 5º da Lei Municipal Ordinária n° 1.691/2012, que institui o Programa Bolsa Atleta de Incentivo aos atletas e estabelece outras providências”. Iniciando o grande expediente é feita leitura de Indicações: Indicação n° 55/2019 de autoria do Vereador Aristides dos Reis de Magalhães, indicando a determinação ao setor competente de pintura e sinalização de quebra-molas da Comunidade de Manejo. A Indicação é colocada em discussão e votação, não havendo manifestações contrárias, aprovada; Indicação n° 56/2019 de autoria do Vereador Aristides dos Reis de Magalhães, indicando a determinação ao setor competente de providências com relação a manutenção da quadra de esportes do Bairro Batatal. A Indicação é colocada em discussão e votação, não havendo manifestações contrárias, aprovada; da Indicação n° 57/2019 de autoria do Vereador Rogério Ferreira dos Santos, indicando a determinação ao setor competente de desentupimento de bueiro localizado à Rua Antônio Duque Filho. A Indicação é colocada em discussão e votação, não havendo manifestações contrárias, aprovada. Seguindo é feita leitura do Segundo Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 05/2019, de iniciativa do Poder Legislativo que *“Estabelece a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte e define os termos local e regional para fins de procedimentos licitatórios realizados pelo Poder Público Municipal”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal, não havendo manifestações contrarias, aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 05/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal, não havendo manifestações contrarias, aprovado, passando a leitura do Segundo Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 08/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Define o valor do piso salarial aos professores do magistério municipal, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional do profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal n° 11.738/2018, e dá outras providências”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal, não havendo manifestações contrarias, aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 09/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Dispõe sobre concessão de subvenção à entidade que menciona”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal, não havendo manifestações contrarias, aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 10/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Autoriza abertura de Credito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no valor d R$ 229.970,00 e dá outras providências”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal. O Vereador João Batista de Moura Júnior abstém-se da votação e o Vereador Rogério Ferreira dos Santos manifesta-se contrário. Não havendo outras manifestações contrarias, o Projeto de Lei é aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 11/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no valor de R$ 280.000,00 e dá outras providências.”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal. Os Vereadores João Batista de Moura Júnior e Rogério Ferreira dos Santos abstêm-se da votação. Não havendo manifestações contrarias, o Projeto de Lei é aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 12/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2019, no valor de R$ 1.800.000,00 e dá outras providências”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal. Os Vereadores João Batista de Moura Júnior, Rogério Ferreira dos Santos e Donizete Martins Aguiar abstêm-se da votação. Havendo sete manifestações favoráveis, o Projeto de Lei é aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 14/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no valor de R$ 66.235,59 e dá outras providências.”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal. O Vereador João Batista de Moura Júnior abstém-se da votação e o Vereador Rogério Ferreira dos Santos manifesta-se contrário. Não havendo outras manifestações contrarias, o Projeto de Lei é aprovado, passando a leitura do Primeiro Relato da Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais em conjunto ao Projeto de Lei Ordinária n° 15/2019, de iniciativa do Poder Executivo que *“Autoriza abertura crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019, no valor de R$ 305.557,75 e dá outras providências.”.* O Projeto de Lei é colocado em discussão e votação nominal, não havendo manifestações contrarias, aprovado. O presidente deixa a palavra livre: O Vereador Rogério Ferreira dos Santos solicita ao Secretário Municipal de Obras que providencie tampa para bueiro aberto na Praça Tiago Delgado; solicita ao Secretário Municipal de Esportes que providencie a realização do campeonato de futebol municipal da segunda divisão; finaliza solicitando que a Associação de Moradores do Bairro São Francisco apresente o resultado da análise da água da nascente que abastece o bairro, feita de forma paralela à análise do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMAE. O Vereador Fábio Pereira Vieira solicita realização de operação tapa buracos em especial na Rua Oscar Baumgratz, bem como manutenção e limpeza das estradas de acesso a *“Cachoeira do Sossego e Fazenda da Lage”*. O Vereador Walter de Paula Neves solicita à Mesa Diretora que encaminhe requerimento ao Prefeito Municipal, pedindo que seja providenciada cobertura para bancos de praças, bem como manutenção da Rua das Angélicas. O Vereador José Jayme Carvalho da Cunha solicita à vigilância sanitária que providencie visitação para monitoramento de focos de dengue na Comunidade de Orvalho. O Vereador João Batista de Moura Júnior sugere que os parques de diversões montados para festividades no Parque de Exposições do Município, por ter energia elétrica cedida, devem oferecer no mínimo um dia de cortesia às crianças matriculadas nas escolas do Município. O Vereador Jerônimo Sebastião de Oliveira solicita manutenção do calçamento que afundou, consequentemente empossando água, próximo ao *“Pilão Mineiro”* na Comunidade de Manejo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavra-se esta ata que, se conforme, será assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 10 de junho de 2019.